

XXI


TER OPINIÃO

ISTO É CIDADE

Alexandra Lucas Coelho
Alexandre Quintanilha
Álvaro Domingues
Álvaro Siza
António Mega Ferreira
Bruno Soares

Gisela João
Jorge Sampaio
José Avillez
Lídia Jorge
Mário Mesquita
Ricardo Adolfo

As redes sociais
A vida nas megalópoles
A natalidade e o envelhecimento
Um dia no limite de Lisboa
A pressão do turismo
Os desafios da política
Os novos espaços de lazer



**Em 2050
66% da
população
mundial
viverá em
cidades**

“Isto é cidade e não é”, exclama um dos entrevistados na reportagem “O último palmo de Lisboa”. Essa perplexidade atravessa algumas das páginas desta edição, na qual procuramos perceber o que têm de mágico as cidades para atrair tanta gente. Em 1950, menos de um terço (30%) da população mundial vivia em espaços urbanos. Em 2050, de acordo com o relatório Perspectivas da Urbanização Mundial (2014), das Nações Unidas, essa taxa subirá para os 66%. E como nos estamos a preparar para gerir essas enormes urbes? Como se vive em grandes metrópoles como Tóquio ou São Paulo? E que têm em comum o Alentejo e o Rio de Janeiro? Como é o quotidiano de uma Lisboa em que convivem zonas históricas, bairros de realojamento e

condomínios da classe média/alta? Mas quisemos também saber que cidades vamos ter nas próximas décadas. Como estão a ser planeadas, que respostas têm os urbanistas e arquitectos. Como interagem as novas redes virtuais com as redes sociais de sempre. Como lidar com a quebra da taxa de natalidade. Que respostas serão dadas ao crescente envelhecimento da população. Como potenciar o turismo sem sacrificar a autenticidade. Finalmente, como gerir politicamente as cidades em tempos tão conturbados. Para isso contamos com a opinião informada de especialistas em várias disciplinas, de jornalistas e escritores, mas também de personalidades de vários sectores que nos falam das suas utopias de cidade. Boa leitura!

XXI, TER OPINIÃO
Nº4 JAN-JUN 2015

Propriedade

Fundação Francisco
Manuel dos Santos
Rua Tierno Galván,
Torre 3, 9.º J
1070-274 Lisboa
E-mail: ffms@ffms.pt
Tel.: 21 381 84 47

Editor

António Araújo

Director

António José Teixeira

Coordenador

João Morgado Fernandes

Conselho editorial

Alexandre Quintanilha
António Mega Ferreira
Bárbara Coutinho
José Manuel Fernandes
Maria de Fátima Bonifácio
Mário Mesquita
Miguel Monjardino
Pedro Santos Guerreiro
Rosalia Vargas
Rui Vilar

Administração FFMS

David Lopes

Produtora

Susana Norton

Direcção de arte

Jorge Silva

Design e paginação

Rita Matos/Silvadesigners

Revisão

Helena Soares

Impressão

ProdOut – Gestão
de Produção em
Outsourcing, Lda

Distribuição

VASP – Distribuidora
de Publicações SA
MLP – Quinta do Grajal,
Venda Seca
2739-511 Agualva-Cacém

Depósito legal

350424/12

ERC

126141

Ilustração de capa

André Carrilho

**Os textos desta edição
seguem a norma
anterior ao Acordo
Ortográfico de 2009.**

Disponíveis as edições
anteriores para consulta
e aquisição em
[www.ffms.pt/
xxi-ter-opinio/](http://www.ffms.pt/xxi-ter-opinio/)

Subscreva a newsletter e
receba as novidades da
Fundação por mail, em
www.ffms.pt

EDITORIAL **8**
Mais poder para as cidades
ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA

PRIMEIRA PESSOA **12**
ENTREVISTA A ÁLVARO SIZA

**"Sou tentado
a pensar que a
arquitectura
morreu"**
JOÃO MORGADO FERNANDES

CAMPO/CIDADE **18**
Cidade esponja
ÁLVARO DOMINGUES

**Cosme Velho,
Montemor-o-Novo**
ALEXANDRA LUCAS COELHO



REPORTAGEM **38**
**O último
palmo de
Lisboa**
ANA SOFIA FONSECA



METRÓPOLES **56**
**Perdido a caminho
de Tóquio**
RICARDO ADOLFO

**São Paulo, a cidade
impossível**
RICARDO CARVALHO

REDES **74**
**As redes da aldeia
urbana**
LUÍS M. A. BETTENCOURT

**A cidade e as
redes**
GUSTAVO CARDOSO

PLANEAMENTO **88**
**Centralidade
e fragmentação**
VÍTOR MATIAS FERREIRA

**Planear sem
receitas**
LUÍS JORGE BRUNO SOARES

ARQUITECTURA **100**
Cidade imaginada
FORSTUDIO

GOVERNAÇÃO **108**
ENTREVISTA A JORGE SAMPAIO
Mais descentralização
ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA

POLÍTICA **112**
**Espaço, representação,
democracia**
MÓNICA BRITO VIEIRA

DEMOGRAFIA **118**
Desafio de gerações
MARIA DO ROSÁRIO CARNEIRO

**Urbanização:
contraceptivo à
fecundidade?**
MARIA JOÃO VALENTE ROSA

**Proibido
envelhecer**
ALEXANDRE QUINTANILHA

TURISMO **134**
**Exigências para o
sucesso no turismo**
SÉRGIO PALMA BRITO

Inovar e diferenciar
AUGUSTO MATEUS

TENDÊNCIAS **146**
**10 tendências que
mudaram a cidade**
ANA DIAS FERREIRA



ENSAIO **152**
**A base americana
dentro da cidade**
MÁRIO MESQUITA

IDEIAS **160**
**6 ideias
para
a cidade**
RUI COSTA

JORGE GRAÇA COSTA
LÍDIA JORGE
GISELA JOÃO
JOSÉ AVILLEZ
FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

CRÓNICA **168**
O factor humano
ANTÓNIO MEGA FERREIRA

ESTATUTO EDITORIAL

XXI, Ter Opinião é uma publicação semestral da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).

XXI, Ter Opinião é uma publicação que se rege pelos mais elevados padrões de independência dos meios doutrinários, políticos, partidários, económicos, religiosos, profissionais e associativos.

XXI, Ter Opinião não perflha uma ideologia específica, nem um programa partidário, sendo norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

XXI, Ter Opinião insere-se nos objectivos da FFMS e procurará promover e aprofundar o debate sobre a sociedade portuguesa, visando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

XXI, Ter Opinião acredita que a existência de uma opinião pública informada, empenhada e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta e que tal passa pela exposição descomprometida e aberta de ideias e propostas diferentes, contrastantes e originais, capazes de permitir que cada cidadão forme, em liberdade e com sentido crítico, as suas convicções.

XXI, Ter Opinião dirige-se a um público informado, de todos os meios sociais e de todas as profissões, privilegiando uma abordagem directa, profunda, sem ser académica.

André Carrilho

O ilustrador convidado desta edição é um dos mais premiados ilustradores portugueses, tendo obra publicada nas mais prestigiadas publicações em diversos países, de que são exemplo a *Vanity Fair*, *The New York Times*, *The New Yorker*, *Independent on Sunday* ou *Harper's Magazine*. Desde que começou a publicar, em 1992, já esteve presente em dezenas de exposições, individuais e colectivas, e recebeu os mais importantes prémios nas categorias de ilustração, caricatura e cartoon. Tem vários livros publicados, assim como trabalhos de animação.



Mais poder para as cidades

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA

Vivemos num mundo competitivo, muito dado a rankings. As cidades são um dos alvos de múltiplas classificações. A mais frequente responde à pergunta: qual é a melhor cidade do mundo para se viver? Nos últimos dois anos, a eleita pela OCDE foi Cambera, a capital política da Austrália. Cidade planeada há pouco mais de um século, a sua construção foi o compromisso encontrado para superar a rivalidade entre Sidney e Melbourne. Para a eleição de Cambera contaram critérios como espaços verdes, acessibilidades, arquitectura, vida nocturna, escolas e hospitais. Méritos vários, provavelmente incontestáveis, no entanto... interrogava-se o *The Guardian* há poucas semanas: “Tornar-se-ão as nossas cidades em mórbidas Cambera?”. Mórbidas no sentido de estéreis, grandes eixos rodoviários, rotundas monumentais, paisagens aborrecidas. A contestação do jornal parte desde logo da observação de que nestas listas não figuram cidades como Londres, Paris ou Nova Iorque. Dificilmente Cambera será uma cidade onde muitos sonhem viver. Muito planeamento, boas intenções, mas uma sensação artificial. Uma cidade sem alma nem barulho, talvez adequada, na ironia britânica, à leitura do *The Economist* sem incómodo...

Desde que Platão e Sócrates discutiam nos mercados atenienses, as ra-

zões que levam as cidades a triunfar têm mais a ver com o seu capital humano do que com as suas infraestruturas físicas. As cidades são provavelmente o maior empreendimento do homem. Permitiram, e permitem, o encontro, a partilha, a inovação, a grande dança, afinal, das civilizações. Respondem a toda a espécie de anseios, conjugam economia e conhecimento, segurança e poder. Na História encontramos inúmeros exemplos de transições e revoluções germinadas nas urbes. O Renascimento nas ruas de Florença ou a revolução industrial nas de Birmingham. Pontos de encontro, entrepostos, escalas de “muitas e desvairadas gentes”, como foi e ainda é Lisboa, as cidades são os motores da produção de conhecimento e do progresso. Mais do que uma profissão de fé, é uma constatação. A marcha da humanidade orientou-se nesta procura. A imprensa e a tecnologia de impressão deram um empurrão na criação de um mundo mais urbano. Desde logo porque não há cidade sem rede, sem elos de contacto. Os primeiros jornais ajudaram nessa necessidade de informação utilitária e na própria consciência de pertença a um espaço físico e a uma comunidade precisa. As cidades tornaram-se os centros naturais de edição não apenas de jornais, mas já antes de livros. No final do século



XANGAI

JERRY MOORMAN / ISTOCKPHOTO

XV, Veneza era o centro mais importante da impressão e do que valia a pena imprimir. Aí se cruzavam eruditos do Oriente e do Ocidente. Também Nova Iorque dominou o negócio da impressão na América. Atraiu escritores, pirateou novelas inglesas, ajudou a cidade a ser cosmopolita e a irradiar conhecimento. Democracia, comunicação social e produção em massa têm fortes marcas urbanas e não seriam possíveis sem este encontro que a cidade viabilizou. Nem mesmo as comunicações electrónicas desincentivaram a vida urbana. Pelo contrário. Acredi-

Na agenda política deve ser colocada a negociação de um contrato regional e local, que descentralize competências, alargue responsabilidades e que não se resuma a discutir envelopes ou mochilas financeiras

tou-se que o telefone iria prejudicar a cidade. O que aconteceu, e continua a acontecer, é que as novas tecnologias de comunicação incentivam a relação e a tornam mais intensa: maior a facilidade, mais tempo de contacto.

Todos os anos, segundo o National Intelligence Council dos EUA, 65 milhões de pessoas juntam-se à população urbana mundial, o que equivale à adição de mais sete cidades do tamanho de Chicago ou de mais cinco da dimensão de Londres. Esta dinâmica tem na China e na Índia os principais motores. Também a África, nomeadamente a Nigéria, tem dado um grande contributo. No último relatório da ONU sobre a urbanização mundial fica bem evidente a força do fluxo migratório. De 1990 até ao ano passado, as cidades com mais de 10 milhões de habitantes passaram de 10 para 28, a maioria na Ásia. Hoje, a maior parte da popu-

lação mundial (54%) vive em áreas urbanas. Calcula-se que, em 2050, mais 2,5 mil milhões de pessoas façam crescer para 66% a população urbana. Na Europa são já 70%. Portugal está abaixo da média europeia. Só se tornou verdadeiramente urbano, como diz Luís Bettencourt nesta revista, nas últimas décadas. Metade dos portugueses passaram a viver em cidades em 1993/94. A nossa condição de urbanos está hoje acima dos 63%.

A delimitação urbana não é apenas uma questão de números. A cidade, como gosta de dizer o geógrafo Álvaro Domingues, é um conceito-esponja, impreciso, caótico, “palavra contentor-de-praticamente-tudo”. As oposições cidade/campo ou urbano/rural são insuficientes para caracterizar ou traduzir a evolução da história e da geografia. Há outras como urbano/suburbano e, sobretudo, há mesclas “impuras”. A cidade é uma realidade complexa, contaminou-se de campo e o campo de cidade. Olhar para esta paisagem revela situações paradoxais, convivências improváveis, parcelas incomunicantes, que exigem uma gestão inteligente.

Uma cidade foi sempre um centro de poder. Desde a Antiguidade, dos sumérios aos gregos, acolheu e assumiu interesses e decisões que vincularam comunidades de cidadãos. Confundiram-se com os estados. A sua capacidade de atracção depende muito das leis da oferta e da procura. Trabalho, remuneração, prosperidade, educação, novas ideias, inovação, oportunidades, organização, habitação, mobilidade, redes de transportes, comunicações, energia, segurança, ecologia, são factores diferenciadores. As pessoas procuram territórios onde abunda emprego qualificado, sinónimo habitual de melhores remunerações. Em regra, as cidades que produzem mais ideias, conhecimento, e que oferecem níveis elevados de formação, são as mais prósperas. A

educação é um item fundamental, pois permite responder aos desafios tecnológicos, ao impacto da globalização e às tendências do comércio internacional. Do lado ocidental, sobretudo da América do Norte e da Europa, perdeu-se mão-de-obra menos qualificada, mas também se está a perder mão-de-obra mais qualificada. Cidades como Bangalore atraem muitos cérebros de outras origens. Um desafio para a velha Europa, que vai perdendo competitividade por falta de convicção ou de ambição. Do outro lado do Atlântico, Edward Glaeser, um dos grandes estudiosos das cidades contemporâneas, parte de um princípio simples e claro que vale a pena recuperar: “A nossa cultura, a nossa liberdade e a nossa prosperidade são, em última instância, fruto de pessoas que vivem, trabalham e pensam juntas, e reside aí precisamente o triunfo supremo da cidade”. Glaeser é um optimista que acredita que as cidades nos fazem mais ricos, mais inteligentes, mais ecológicos, mais saudáveis e mais felizes.

A governação das cidades, seja pela sua dimensão, seja pelas responsabilidades assumidas e as que poderão vir a assumir, é a pedra de toque do desenvolvimento regional e nacional. Em Portugal, as cidades têm a seu cargo muitas responsabilidades, mais do que as que realmente controlam, múltiplas valências no planeamento e gestão urbanística, na limpeza, na segurança, na mobilidade, na educação, na dinamização económica e cultural, no licenciamento de actividades diversas, no turismo, na projecção internacional... A economia, a educação, os transportes ou a segurança são bons exemplos de um poder maior que se deve conferir à governação das cidades. Faz pouco sentido que o Metro seja responsabilidade governamental. Ou que os transportes rodoviários não sejam tutelados por municípios e/ou autoridades metropolitanas. Ou que não tenhamos mais

escolas e centros de saúde na responsabilidade autárquica. Ou que a captação de investimento estrangeiro não seja uma prioridade municipal. Estas responsabilidades não têm necessariamente que ser executadas por estruturas públicas. Os privados devem ser mais chamados à economia urbana e também os cidadãos devem participar mais na definição das prioridades da cidade e envolver-se directamente na resolução de problemas comunitários. Na agenda política deve ser colocada a negociação de um contrato regional e local, que descentralize competências, alargue responsabilidades e que não se resuma a discutir envelopes ou mochilas financeiras. Este contrato tem de pressupor um plano e uma ambição que faça das cidades as molas de desenvolvimento sustentável do país.

Em muitas paragens, o poder está a mudar dos governos centrais para os governos regionais e locais. É aqui que se situa o grande impulso de desenvolvimento e se decide o complexo desafio da globalização. Capital humano, capacidade de comunicação e competitividade são dimensões decisivas. É por isso que a política externa de muitas urbes já não se limita à mera promoção comercial ou às cerimónias de geminação. O economista americano Stephen J. Kobrin, que tem corrido o mundo a falar de *global governance*, diz que já há muitas cidades e regiões que começam a sentir-se mais livres dos governos centrais e que “está a nascer uma versão moderna da ordem medieval das cidades-Estado”. Talvez seja um exagero, mas é aqui que o futuro se joga. A urbanização não é demasiadas vezes geradora de prosperidade, é palco de conflitos graves, desigualdades crescentes, pobreza, injustiças flagrantes, outras tantas incompreensões, formigueiro de anseios contraditórios. Também por isso um repto maior à cidade, aos cidadãos e à boa governação.